



NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

Folha do **IAB**

JORNAL DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

Nº 152 - MAIO/JUNHO - 2019

CODIGO COMMERCIAL

BRAZIL

Contribuição jurídica, ontem e hoje

Há 169 anos, o IAB, a pedido do imperador Dom Pedro II, redigiu o primeiro Código Comercial do Brasil, cuja edição ilustra a capa desta FOLHA DO IAB. No dia 27 de junho último, o plenário do Instituto aprovou 11 pareceres produzidos pela Comissão de Direito Empresarial com propostas para um novo Código Comercial – o que demonstra que, ao longo dos anos, o IAB mantém sua vocação de contribuir para a elaboração de uma legislação moderna e adequada aos avanços da sociedade.

PÁGINAS 4 e 5

■ Pareceres do IAB e da OAB sobre o pacote de Moro são entregues ao presidente da Câmara

PÁGINA 3

■ Seminário debateu o impacto das novas tecnologias no mercado de trabalho da advocacia

PÁGINA 6

■ ENTREVISTA
Fernanda Sauer e o uso da inteligência artificial no sistema de justiça

PÁGINA 8

Mensagem da presidente

Nos tempos atuais, marcados por inaceitáveis manifestações de desprezo à produção científica, desrespeito à comunidade acadêmica e drástica redução das verbas destinadas à educação, com grave interferência na autonomia universitária, o IAB dá mais uma demonstração de que se mantém firme no seu compromisso histórico de construir agendas positivas para o País, por meio do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico.

Após meses de estudos e debates, a Comissão de Direito Empresarial submeteu ao plenário, que os aprovou por unanimidade em sessão extraordinária, os brilhantes pareceres produzidos com o propósito de aprimorar o projeto que tramita no Senado, com vistas à edição de um novo Código Comercial – ainda que haja um entendimento de que não haveria necessidade de um novo código. O IAB, que redigiu o primeiro código, de 1850, incumbiu-se da tarefa de contribuir para a elaboração de uma legislação moderna e adequada aos avanços tecnológicos, aos novos modelos de negócios e à transformação da economia.

A iniciativa sucedeu a recentemente apresentada pela Comissão de Direito Penal, e entregue por mim à Presidência da Câmara dos Deputados, reunindo pareceres, como sempre, pautados pelo exame crítico e pela observância dos princípios constitucionais. O Instituto se posicionou contrariamente à maioria das mudanças previstas no pacote de medidas destinadas a intensificar o combate ao crime, por meio do endurecimento penal.

Através das suas comissões temáticas, o IAB tem intensificado a produção de pareceres técnicos, com o escopo de oferecer alternativas à crise vivida no País. Em breve, será levado ao plenário mais um profundo estudo, que está sendo desenvolvido pela Comissão especial para apresentação de propostas para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Alicerçadas em dados científicos, as teses jurídicas do IAB são uma trincheira de resistência ao desprezo governamental pela produção acadêmica.

Rita Cortez

O IAB, que redigiu o primeiro código, de 1850, incumbiu-se da tarefa de contribuir para a elaboração de uma legislação moderna e adequada aos avanços tecnológicos, aos novos modelos de negócios e à transformação da economia



Os ministros Sebastião Reis e Benedito Gonçalves

Posses

Os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sebastião Reis e Benedito Gonçalves; o diretor-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade; e o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1) Jorge Orlando Serezo Ramos tomaram posse como membros honorários do IAB. Também ingressaram no Instituto o notário Leonardo de Carvalho Ribeiro Gonçalves, titular do Cartório de Notas e Registro Civil das Pessoas Naturais do 3º Distrito de Maricá (RJ), e a servidora do TRT-1 Cíntia Alves Salgueiro Savelli.

Nos meses de maio e junho, foram empossados, como membros efetivos, os advogados Ana Paula Araújo de Holanda, Anna Maria da Trindade dos Reis, Antonio Seixas da Silva, Carla Maria Alcofra Tocantins, Christiane do Vale Leitão, Flávia Pinto Ribeiro, Francilene Gomes de Brito, Gilmar Brunizio, Gustavo Carvalho Gomes Schwartz, Humberto Borges Chaves Filho, Joana D'arc Amaral Bortone, João Marcelo Sant'Anna da Costa, José Luiz Barbosa Pimenta Júnior, Luis Otávio Camargo Pinto, Luiz Augusto Reis de Azevedo Coutinho, Matheus Dantas Cardoso, Nelson Osmar Monteiro Guimarães, Paula Menna Barreto Marques, Santana Maria Brandão Nascimento Gonçalves, Wallace Christian Ricardo da Silva e Wania Maria Baeta dos Santos.

Expediente

Acompanhe o IAB nas redes sociais



IABnacional

Diretoria Estatutária

PRESIDENTE: Rita de Cássia Sant'Anna Cortez
1º VICE-PRESIDENTE: Sergio Francisco de Aguiar Tostes
2º VICE-PRESIDENTE: Sydney Limeira Sanches
3º VICE-PRESIDENTE: Adriana Brasil Guimarães
SECRETÁRIO-GERAL: Carlos Eduardo de Campos Machado
DIRETOR-SECRETÁRIO: Antônio Laért Vieira Júnior
DIRETORA-SECRETÁRIA: Ana Tereza Basilio
DIRETORA-SECRETÁRIA: Maira Costa Fernandes
DIRETOR-SECRETÁRIO: Carlos Roberto Schlesinger
DIRETOR FINANCEIRO: Arnon Velmovsky
DIRETOR CULTURAL: Aurélio Wander Bastos
DIRETOR DE BIBLIOTECA: Carlos Jorge Sampaio Costa
DIRETOR-ADJUNTO: Eurico de Jesus Teles Neto
DIRETOR-ADJUNTO: Luiz Felipe Conde
DIRETORA-ADJUNTA: Kátia Rubinstein Tavares

DIRETORA-ADJUNTA: Vanusa Murta Agrelli
ORADOR OFICIAL: José Roberto Batochio

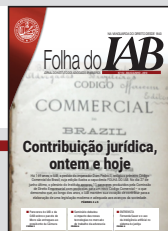
DIRETORIA EXECUTIVA

ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO TRABALHISTA: João Theotonio Mendes de Almeida Junior
ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO PENAL: Victória Amália de Sulocki
ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO CÍVEL: André Luís Mancano Marques
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Aristóteles Atheniense
RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Luiz Dilermando de Castello Cruz
RELAÇÕES COM O INTERIOR: Jorge Rubem Folena de Oliveira
EVENTOS: Lella Pose Sanches
APOIO ACADÊMICO: Ester Kosovski
APOIO ÀS COMISSÕES: Adilson Rodrigues Pires
PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO: Hariberto de Miranda Jordão Filho
COMUNICAÇÃO: Paulo Maltz

APOIO À ADMISSÃO DE SÓCIOS: Pedro Augusto Guimarães
PROCURADOR-GERAL: Paulo de Moraes Penalva Santos
OUVIDORIA: Mario Antonio Dantas de Oliveira Couto
PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO: Márcia Dinis
REPRESENTANTE NAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS: Paulo Lins e Silva
DIRETOR DE SEDE BRASÍLIA: Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Coordenadores Regionais

RIO GRANDE DO SUL: Amadeu de Almeida Weinmann
PARAÍBA: Carlos Pessoa de Aquino
CENTRO-OESTE: João Pedro Ferraz e Passos
SUL CATARINENSE: Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho
Av. Marechal Câmara 210, 5º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.020-080
Telefax: (21) 2240-3173
www.iabnacional.org.br | iab@iabnacional.org.br



Folha do IAB

Publicação bimestral do Instituto dos Advogados Brasileiros

Jornalista responsável: Fernanda Pedrosa (MT 13511)

Redação: Ricardo Gouveia

Projeto gráfico e diagramação: Daniel Tiriba

Fotografia: Arquivo IAB

Impressão: Gráfica Rio DG

Tiragem: 2.100 exemplares

Da esq. para a dir., Felipe Santa Cruz, Rodrigo Maia e Rita Cortez



Eugenio Novais / CFOAB

Institucional

IAB e OAB entregam a Maia pareceres sobre as medidas do pacote de Moro

“O IAB e a OAB têm o dever de elaborar uma pauta conjunta para a construção de uma agenda positiva para o País”, afirmou a presidente nacional do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Rita Cortez, no dia 20 de maio, em Brasília, na abertura da sessão plenária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). Durante a sessão, Rita Cortez e o presidente da OAB Nacional, Felipe Santa Cruz, entregaram ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, os pareceres elaborados pelas entidades sobre o pacote de medidas enviado ao Congresso Nacional pelo ministro da Justiça, Sergio Moro. A Comissão de Direito Penal do IAB, presidida por Marcio Barandier, produziu pareceres para todas as 19 medidas do pacote, rejeitando 17 e admitindo duas, com ressalvas.

De acordo com Rita Cortez, “somente com instituições e entidades jurídicas fortes, que façam uso do diálogo, do consenso e da serenidade, será possível construir um Brasil melhor”. A respeito dos pareceres do IAB, a presidente destacou: “É um estudo técnico, na

mesma linha do desenvolvido pela OAB”. O pacote de Moro visa a intensificar o combate à corrupção, ao crime organizado e aos crimes praticados com grave violência, por meio de alterações em 14 leis federais.

Dentre as medidas rejeitadas pelo IAB estão as que se destinam a garantir a execução provisória da pena de prisão após a confirmação da sentença pela segunda instância; abrandar a punição em casos de excesso na legítima defesa; reformar a configuração do crime de resistência; alterar o regime jurídico dos presídios federais; evitar a prescrição e modificar o regime de interrogatório por videoconferência.

Ao entregar o documento a Rodrigo Maia, o presidente da OAB Nacional o classificou como “um estudo apurado, produzido por técnicos e juristas que entendem efetivamente das matérias em debate”. A OAB acolheu as ressalvas feitas pelo IAB e recomendou o aprofundamento da discussão no Congresso Nacional, incluindo os demais projetos sobre os mesmos temas que tramitam no parlamento.

“

Não se podem admitir, em qualquer hipótese, relações ilícitas entre o Ministério Público e o Poder Judiciário, entre o acusador e o julgador. O IAB é favorável a uma rigorosa apuração dos fatos

”

Rita Cortez

Entidades recomendam o afastamento de Moro e de membros do MPF

A presidente nacional do IAB, Rita Cortez, participou no dia 10 de junho da sessão plenária do CFOAB, conduzida pelo presidente Felipe Santa Cruz, e manifestou apoio à decisão do Conselho e do Colégio de Presidentes de Seccionais de emitir nota pública recomendando ao ministro da Justiça, Sergio Moro, e a membros do Ministério Público Federal (MPF) o afastamento temporário de seus cargos públicos. Diante das revelações feitas pelo site *The Intercept*, de trocas de mensagens entre Moro, à época em que era juiz, e membros do MPF na Operação Lava Jato, foi sugerido o desligamento provisório das autoridades, “para que as investigações corram sem qualquer suspeita”.

“O IAB apoia a emissão da nota na qual a advocacia reafirma sua obrigação de defender o devido

processo legal, princípio constitucional e republicano de defesa da cidadania, principalmente no que diz respeito à independência e imparcialidade dos magistrados”, afirmou Rita Cortez. A presidente disse também: “Não se podem admitir, em qualquer hipótese, relações ilícitas entre o Ministério Público e o Poder Judiciário, entre o acusador e o julgador. O IAB é favorável a uma rigorosa apuração dos fatos”.

Em um dos trechos da nota, afirma-se: “Não se pode desconsiderar a gravidade dos fatos, o que demanda investigação plena, imparcial e isenta, na medida em que estes envolvem membros do Ministério Público Federal, ex-membro do Poder Judiciário e a possível relação de promiscuidade na condução de ações penais no âmbito da Operação Lava Jato”.

IAB elabora proposta o novo Código Com

“Esta é mais uma relevante contribuição jurídica e acadêmica do IAB, às vésperas de comemorar 176 anos de existência, para o aperfeiçoamento do Direito



Rita Cortez

Em 1850, a pedido do imperador Dom Pedro II, o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), fundado sete anos antes, redigiu o *Código Commercial do Brazil*. No dia 27 de junho último, ou seja, 169 anos depois da sua primeira grande contribuição para a formação do ordenamento jurídico nacional, o IAB aprovou por unanimidade, em sessão extraordinária realizada no plenário histórico, os 11 pareceres produzidos pela Comissão de Direito Empresarial com propostas para o projeto de lei do Senado (PLS) 487/2013, que se destina à edição de um novo Código Comercial. “Esta é mais uma relevante contribuição jurídica e acadêmica do IAB, às vésperas de comemorar 176 anos de existência, para o aperfeiçoamento do Direito”, afirmou, ao final da sessão, a presidente nacional do IAB, Rita Cortez, que encaminhará os pareceres aos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre.

De acordo com o presidente da Comissão de Direito Empresarial, João Manoel de Lima Junior, “o conjunto de pareceres é o resultado de meses de estudos e debates voltados para o aprimoramento do projeto que visa a instituir um novo Código Comercial, apesar das várias críticas que podem ser feitas quanto à viabilidade ou à necessidade de introdução dessa nova legislação”. Uma comissão de juristas redigiu, em 2013, o anteprojeto do novo Código Comercial, apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) na forma do PLS 487/2013. São 987 artigos que trazem mudanças nas relações entre



Rita Cortez, João Manoel de Lima Junior e os membros da Comissão de Direito Empresarial reunidos no plenário histórico ao final da sessão extraordinária

empresários e na organização das sociedades empresárias nas áreas de direito societário, contratual, cambial e comercial marítimo.

O advogado Luis Felipe Galante foi designado para produzir o parecer a respeito das propostas voltadas para o Direito Marítimo. “Não existe nenhum campo do Direito brasileiro com maior necessidade de modernização do que o marítimo”, afirmou. De acordo com ele, “o texto final contempla todos os pontos imprescindíveis ao bom funcionamento do Direito Marítimo e empresta segurança jurídica a um segmento pujante da nossa economia, que é o transporte marítimo”.

Autor do parecer sobre a parte do PLS referente ao Direito Comercial, hoje recepcionado por normas do Código Civil, o relator João C. de

Andrade Uzêda Accioly considera que “um único código para reger o direito patrimonial privado garante maior segurança jurídica”. Segundo o advogado, “o projeto tem boas propostas, trazendo modificações salutares à legislação, cabendo apenas algumas alterações”.

Os advogados Paula Alonso Kotatz, Joaquim de Paiva Muniz e José Gabriel Assis de Almeida analisaram os pontos concernentes aos bens e à atividade do empresário. Segundo eles, o projeto traz mudanças importantes relativas à organização da atividade empresarial e ao registro público de empresas. Ao mesmo tempo, na opinião dos relatores, o PLS deixou de abordar “várias questões atinentes à enorme gama de transações em ambiente virtual”. Eles propuseram alterações em 10 artigos.

as para ercial



Juízo especializado

Os três advogados também são autores do parecer sobre jurisdição especializada do processo empresarial. Eles apoiaram a ideia de criação de juízos especializados, recomendada no projeto, mas propuseram que a redação do texto seja alterada para torná-la obrigatória nos segmentos de direito comercial e empresarial. Sugeriram, ainda, a aplicação da arbitragem nos processos empresariais.

A parte do PLS que trata “da pessoa do empresário” recebeu parecer dos relatores Pedro Freitas Teixeira, Tarsis Nametala e Gustavo Licks. Para eles, que apresentaram algumas ressalvas e sugestões, o texto em tramitação no Senado “é constitucional e tem uma linguagem clara e concisa para o operador

Obra rara

A Biblioteca Daniel Aarão Reis, do IAB, possui um exemplar da quinta edição do *Código Commercial do Brazil*, redigido por juristas do Instituto. Publicada pela Laemmert & C., Editores-Proprietários. Rio de Janeiro – S. Paulo, em 1896, a edição é apresentada pelo conselheiro desembargador aposentado Salustiano Orlando de Araújo Costa como “cuidadosamente revista, mais correcta e consideravelmente augmentada”.



do direito”. Conforme o parecer, além de conferir autonomia ao Direito Empresarial, o projeto deixa para o Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a tarefa de regulamentar as relações entre particulares; consumidor e empresário, e empregatícias, respectivamente.

Aos cuidados de Gustavo Flausino Coelho e Renato Ferreira dos Santos ficou o capítulo que trata das sociedades. Eles destacaram várias “inovações positivas trazidas pelo projeto”, como, por exemplo, a extinção das sociedades simples e em comandita (aquela em que o sócio só é responsável até o limite do capital que empregou), o tratamento mais apurado quanto às sociedades sem registro e a possibilidade de sociedade entre cônjuges, independentemente do regime de bens.

Autora do parecer a respeito “das obrigações dos empresários”, a advogada Verônica Lagassi tem a opinião de que “o projeto traz mais prejuízos do que benefícios, a partir de uma maior interferência do Estado nas relações econômicas”. Ela, porém, ressaltou que alterações podem “torná-lo amplamente harmônico com as demais normas existentes no ordenamento jurídico pátrio e com o ideal constitucional de desenvolvimento econômico sustentável”. A advogada opinou por modificações em 16 artigos e pela exclusão de dois.

Para o advogado Gustavo Flausino Coelho, responsável pelo parecer sobre a parte destinada ao agronegócio, a proposta legislativa pouco avança neste ramo do direito. O relator, contudo, ressaltou que

“a inexistência de um diploma único que centralize as disposições legais sobre o agronegócio justifica a importância histórica do projeto de um novo Código Comercial”.

Falência e recuperação

A advogada Érica Guerra, que analisou os trechos relativos à falência e à recuperação jurídica transnacionais, afirmou: “O PLS objetiva tornar o processo de recuperação judicial e falência mais econômico e célere, inclusive com a introdução no ordenamento jurídico da lei modelo da Uncitral (United Nations Commission on International Trade Law), para disciplinar a cooperação entre os juízos brasileiros e estrangeiros no processo de falência das transnacionais”.

Jeanne da Silva Machado deu parecer sobre as propostas reunidas no capítulo “Fatos jurídicos empresariais”. A advogada refutou o proposto no art. 138, que prevê: “A declaração da nulidade ou a decretação da anulação do negócio jurídico empresarial não gera efeitos retroativos”. Para a relatora, “o impedimento da retroatividade poderá trazer insegurança jurídica”.

Gustavo Fuscaldou Couri fez uma análise das disposições finais e transitórias previstas no PLS. O advogado sugeriu alteração no art. 987, que estabelece a entrada em vigor do novo Código Comercial seis meses após a sua publicação oficial. Ele defendeu a ampliação do prazo para um ano. “O diploma legal gerará considerável impacto nas relações por ele reguladas, sendo oportuno estabelecer um prazo razoável para que todos possam se adequar às novas disposições”, explicou.

“O conjunto de pareceres é o resultado de meses de estudos e debates voltados para o aprimoramento do projeto que visa a instituir um novo Código Comercial

João Manoel de Lima Junior

Demandas por maior proteção à privacidade fortalecerão a advocacia



Da esq. para a dir., Eurico de Jesus Teles Neto, Adriana Brasil Guimarães, Rita Cortez e Fernanda Sauer

“A advocacia, que vem criando ao longo do tempo várias especialidades, tem agora no Direito Digital, que abrange diversas áreas, como a de Direito Autoral, uma grande oportunidade de crescimento da profissão

Sydney Sanches

Ao final do 1º Seminário de Direito Digital do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), realizado nos dias 9 e 10 de maio, no plenário histórico, os participantes chegaram à seguinte conclusão: as regras estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a necessidade de maior proteção à privacidade oferecem uma grande oportunidade para o fortalecimento da advocacia. Ao abrir o evento, organizado pela Comissão de Direito Digital, presidida por Fernanda Sauer, a presidente nacional do IAB, Rita Cortez, destacou a importância da discussão sobre “os impactos das novas tecnologias no mercado de trabalho, inclusive na advocacia”. Também integraram a mesa de abertura a 3ª vice-presidente do IAB, Adriana Brasil Guimarães, e o diretor adjunto do IAB e presidente da Oi, Eurico de Jesus Teles Neto. O evento reuniu advogados, magistrados, acadêmicos, empresários e analistas de sistemas.

A Lei 13.709/2018 (LGPD) foi editada em agosto do ano passado, mas entrará em vigor somente em 2020, para que as empresas possam se adaptar às novas regras de tratamento de dados pessoais. No painel sobre a nova lei, o advogado e engenheiro eletrônico Helio Ferreira Moraes afirmou que “a advocacia será primordial nesta nova era em que a proteção à privacidade se torna cada vez mais

necessária”. O 2º vice-presidente do IAB e presidente da Comissão Nacional de Direito Autoral do Conselho Federal da OAB, Sydney Sanches, falou sobre os reflexos da LGPD em vários segmentos do Direito. “A advocacia, que vem criando ao longo do tempo várias especialidades, tem agora no Direito Digital, que abrange diversas áreas, como a de Direito Autoral, uma grande oportunidade de crescimento da profissão”.

No painel sobre *Novas tecnologias e o direito do autor*, o advogado Gustavo Martins de Almeida afirmou: “Quando compramos um livro eletrônico, adquirimos uma licença de leitura por meio de contrato em que fornecemos nossos dados, que, sem nosso consentimento, podem ser usados de forma abusiva, o que será duramente penalizado pela LGPD”, alertou. No painel, também palestrou Eduardo Albano, cofundador do *Ubook* no Brasil, líder do mercado de audileitura no País.

Inteligência artificial

No painel a respeito do *Uso de novas tecnologias nos tribunais*, o juiz Fábio Porto, auxiliar da Presidência do TJRJ, disse que, “num País de litigantes, que acumula 100 milhões de processos e o tempo médio de um processo é de 11 anos, a Justiça artesanal é inconcebível”. Segundo ele, “um dia, o computador vai apresentar uma minuta de decisão”. O

advogado Ulisses Martins de Souza alertou que a inteligência artificial pode comprometer a qualidade das decisões judiciais. “Há tempos, vemos que não é cumprido o artigo da Constituição Federal que obriga o juiz a fundamentar todas as suas decisões”, disse. De acordo com ele, “o STJ já utiliza a tecnologia para analisar automaticamente pedidos de admissibilidade de recursos, recorrendo a uma base de dados que armazena posicionamentos anteriores da corte”.

O seminário incluiu, ainda, painéis sobre *Lawtechs no Brasil: mercado em evolução*, com exposições do presidente da AB2L, Bruno Feigelson, e do professor da Emerj Walter Capanema; *Impactos de blockchain na área jurídica*, a respeito dos quais falaram o coordenador de Informática da PUC Rio, Rafael Nasser, e a integrante da comissão de Direito da Inovação e Startups da OAB/RN Amanda Lima; e *Privacidade na era digital*, com Raphael de Oliveira Amar, membro da Diretoria Jurídica de Contratos da Oi, e o tributarista Fabio Ramos de Souza.

Houve debates também sobre *Responsabilidade no uso das mídias digitais*, com os advogados Márcio Chaves e Marcia Dinis; e *O exercício da advocacia e as novas tecnologias*, abordado pelos advogados Deborah Prates, Alexandre Atheniense e Caio Almeida.

Parecer

Aumento da jornada



João Theotonio Mendes de Almeida Junior e Estêvão Mallet

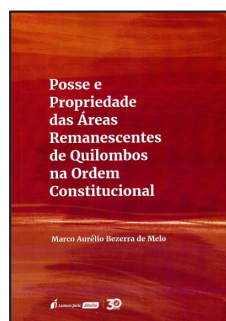
O IAB rejeitou a PEC 300/16, do deputado federal Mauro Lopes (MDB-MG), que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir os direitos trabalhistas relacionados ao aviso prévio, ao prazo prescricional, à conciliação e à jornada de trabalho, que passaria de oito para 10 horas diárias. A rejeição ocorreu com a aprovação unânime pelo plenário, na sessão ordinária de 8 de maio, do parecer do relator Estêvão Mallet, da Comissão de Direito do Trabalho, integralmente contrário à proposta. “A redução do prazo prescricional para o ingresso de ação trabalhista é inconstitucional, enquanto as demais mudanças são absolutamente inconvenientes”, afirmou Estêvão Mallet.

O parlamentar propõe que o prazo de prescrição seja reduzido de dois anos para três meses, a contar da data de extinção do contrato de trabalho. Além disso, a ação deixaria de abranger reivindicações relativas aos últimos cinco anos do contrato, ficando limitada aos dois últimos. Na sustentação do parecer, elaborado a partir da indicação do diretor de Acompanhamento Legislativo Trabalhista, João Theotonio Mendes de Almeida Junior, o relator ressaltou que “o prazo para prescrição de uma ação, não somente na área trabalhista, se destina a garantir a segurança jurídica”.

Ele argumentou que “permitir o questionamento de atos praticados há muitos anos ou décadas cria, inegavelmente, turbulência jurídica e abre espaço para incertezas e dúvidas”. Mas alertou que, “de maneira oposta, o estabelecimento de prazos muito curtos de prescrição afeta significativamente a eficácia das normas jurídicas”. Para Estêvão Mallet, a legislação em vigor consegue “harmonizar os valores contrapostos, sem sacrificar nenhum deles”.

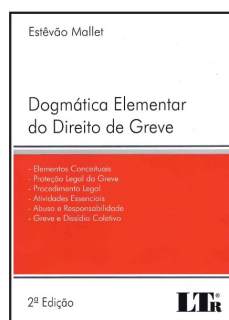
Estante

Espaço de divulgação de livros doados à Biblioteca Daniel Aarão Reis



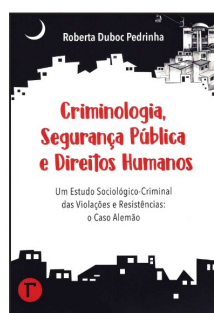
MELO, Marco Aurélio Bezerra de. *Posse e propriedade das áreas remanescentes de quilombos na ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

O livro aborda as questões jurídicas relacionadas às terras quilombolas, com destaque para o direito de propriedade garantido aos remanescentes daquelas áreas pelo art. 68 da Constituição Federal, e aponta as controvérsias que envolvem atualmente os temas relacionados aos direitos humanos.



MALLET, Estêvão. *Dogmática elementar do direito de greve*. São Paulo: LTR, 2015

Professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), o autor defende que a greve, algumas vezes tratada como ruptura da normalidade e sinônimo de desordem, faz parte da realidade produtiva fundada no trabalho livre e serve de contrapeso para equilibrar a relação em que predomina a desigualdade.



PEDRINHA, Roberta Duboc. *Criminologia, segurança pública e direitos humanos – um estudo sociológico-criminal das violações e resistências: o Caso Alemão*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

A autora faz uma meticulosa análise das operações realizadas pelas forças de segurança pública, no período de 2007 a 2012, no Complexo do Alemão, que resultaram no maior número de mortes em ações policiais na história do Rio de Janeiro.

‘O advogado continuará sendo insubstituível’



“A maior preocupação será com a aplicação da inteligência artificial na formulação das decisões, não somente no âmbito do Poder Judiciário, mas em toda a Administração Pública”

A presidente da Comissão de Direito Digital do IAB, Fernanda Sauer, em entrevista à **FOLHA DO IAB** a respeito das mudanças impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que entrará em vigor em 2020, afirma: “Em caso de vazamento de informação, o usuário e a autoridade deverão ser notificados sobre o incidente de segurança, seus riscos e as medidas que estiverem sendo adotadas por quem tinha o controle dos dados”. Sobre o uso da inteligência artificial no sistema de justiça, Fernanda Sauer acredita que “o robô contribuirá para o trabalho, especialmente na atividade massiva, mas o advogado continuará sendo insubstituível”.

Quais são as principais mudanças promovidas pela LGPD?

A primeira delas consiste no fim daqueles textos enormes em letras miúdas para as permissões de uso, que, pela nova lei, precisam ser específicas e estar atreladas a cada tipo de utilização. Além disso, após fornecer seus dados pessoais, os usuários passarão a ter controle sobre eles, podendo requerer retificações e se opor à coleta de informações impertinentes. Com a LGPD, quem coleta e trata dados pessoais tem que registrar essas operações, já que a autoridade responsável poderá requerer, a qualquer tempo, o relatório de impacto. Em caso de vazamento de informação, o usuário e a autoridade deverão ser notificados sobre o incidente de segurança, seus riscos e as medidas que estiverem sendo adotadas por quem tinha o controle dos dados.

A LGPD inclui a salvaguarda de dados nos escritórios de advocacia?

Sim. Os escritórios que ainda não têm sistemas de controle precisam se adequar à legislação, sob pena de não atenderem às políticas de privacidade e proteção de dados. Vários contratos de prestação de serviços advocatícios estão sendo ajustados à nova realidade desde o início da vigência do Regulamento Europeu de Proteção de Dados Pessoais, de maio de 2018, em razão da necessidade de adaptação das empresas nacionais e multinacionais que dependem do tráfico transfronteiriço de informações para fomentar suas atividades. É fundamental

que os escritórios tenham mecanismos de controle para evitar vazamentos.

Quais são os ganhos e riscos no emprego de robôs substituindo advogados e magistrados?

Qualquer ferramenta que venha a acelerar a resposta judicial e diminuir o grande volume de processos é benéfica. O limite está, por óbvio, na qualidade da produção jurídica resultante do emprego dessas ferramentas e, especialmente, no uso da inteligência artificial na produção de decisões judiciais. O robô contribuirá para o trabalho, especialmente na atividade massiva, mas o advogado continuará sendo insubstituível. A maior preocupação será com a aplicação da inteligência artificial na formulação das decisões, não somente no âmbito do Poder Judiciário, mas em toda a Administração Pública. Os dados e os sistemas deverão ser auditáveis.

As operações com criptomoedas já são uma realidade no País?

Sim, embora ainda tenham uma baixa penetração no mercado brasileiro. Mas estudos recentes mostram que há mais interessados em investir em criptoativos do que em investimentos tradicionais. Essa tendência deve aumentar com o surgimento de novas corretoras, pois antes os interessados em criptoativos tinham que recorrer às exchanges estrangeiras. Hoje, corretoras brasileiras já oferecem os serviços, como também moedas alternativas ao bitcoin, havendo muito espaço para o aumento do volume de negociações.